

EXPOSIÇÃO  
DO MINISTRO DA ECONOMIA

## Exposição do Ministro da Economia perante as comissões de Economia e de Obras Públicas da Assembleia Nacional <sup>(1)</sup>

1 — Não vim aqui fazer uma exposição sobre o plano de fomento, já precedido de um desenvolvido relatório em que se apresenta, com larga cópia de factos, de números e de estatísticas, a justificação do seu conteúdo.

Além disso, a Assembleia dispõe, como elementos de apreciação e estudo, do parecer geral da Câmara Corporativa e dos pareceres subsidiários, que lhe serviram de fundamento — trabalhos de elevado valor, a que não deixarei de tributar uma palavra de homenagem.

Para além destes documentos, o Governo facultou ainda ao exame da Câmara Corporativa, e estão ao dispor da Assembleia, os relatórios parciais sobre que assentou a elaboração do plano e em que uma *equipe* de técnicos, de estudiosos e de economistas analisou cada um dos problemas equacionados e resolvidos.

Citarei entre esses trabalhos, os relatórios sobre o movimento demográfico, o «déficit» das subsistências, o desenvolvimento da agricultura, o fomento mineiro, a produção, transporte e distribuição de energia, a siderurgia, a electroquímica, a refinação de petróleos, a folha-de-flandres e a celulose — e ainda — e em lugar de relevo —, o relatório do Ministro das Obras Públicas sobre as obras dos portos, a hidráulica agrícola e as escolas técnicas; o do Ministro das Comunicações sobre os problemas dependentes da sua pasta; e, finalmente, o do Ministro da Presidência sobre o financiamento do plano — base sobre que assentou a respectiva estrutura e que, se em parte a limitou, noutra parte lhe garantiu o seu sólido alicerce.

Todos estes elementos de trabalho tornam agora inútil uma nova explanação de carácter geral que, por isso, se omitirá, confinando-se as con-

---

(1) O texto não foi revisto pelo autor.

siderações, que vão seguir, ao exame concreto de algumas questões, que a discussão parlamentar tem suscitado e que se julga de interesse esclarecer.

2 — Tanto no parecer da Câmara Corporativa, como em alguns discursos pronunciados na tribuna da Assembleia — em especial no do deputado Dr. Cancela de Abreu — se lamentou o pequeno volume dos investimentos na agricultura que com razão se considera a nossa actividade económica fundamental.

Salientou-se, com plena verdade, que, num total de 7.500:000 contos, — montante global a investir nos empreendimentos do plano, durante o próximo sexénio — apenas 1.290:000 se destinem ao fomento agrícola e, ainda neste sector, a obras circunscritas ao povoamento florestal, à hidráulica agrícola e à colonização interna.

E, depois de sublinhado o facto, notaram-se no plano extensas e graves lacunas em domínios onde as omissões parecem sem justificação, designadamente no que respeita à assistência técnica, à formação de cooperativas e ao plano de fomento agrário.

Antes de aludir, em pormenor, a cada uma destas questões, cumpre prestar uma informação preliminar que lança alguma luz sobre o problema, e se presume justificar a atitude tomada.

Ao delinear o primitivo esquema, que serviu de base aos trabalhos do Governo, o Ministério da Economia gizou um mapa de investimentos, em que se dava total satisfação aos pontos de vista definidos pela Câmara Corporativa ou proclamados por alguns deputados.

Na planificação, originariamente efectuada, previa-se, na verdade, — como consta do quadro que se patenteia à Comissão — um total de investimentos na agricultura de quase 3.400:000 contos, distribuídos pelos mais variados capítulos, e onde não eram esquecidos a assistência técnica, a mecanização da lavoura, o fomento pecuário, a defesa contra a erosão, o repovoamento piscícola, a correcção torrencial, o auxílio à formação de cooperativas, a construção de silos, armazéns frigoríficos e câmaras de congelação, a extensão da rede de adegas cooperativas e a conclusão do plano de fomento agrário.

Simplemente, houve que sacrificar algumas das realizações previstas à limitação dos recursos financeiros.

Entendeu-se que o plano não englobava toda a acção do Governo nos próximos seis anos; que fora dele e para além dele outras obras se executariam por força das dotações ordinárias e extraordinárias do Orçamento; e que no esquema a definir apenas cabiam os grandes investimentos concretos, cuja efectivação representava um compromisso imperativo e, por

isso mesmo, prudentemente contido dentro de meios financeiros determinados com segurança. Porque se não quis fazer uma planificação socialista, deixaram-se fora do plano os empreendimentos da iniciativa puramente privada; porque não houve propósitos de propaganda e se resistiu às solicitações da utopia, apenas se projectou o que foi considerado exequível; porque nunca se perderam de vista as possibilidades materiais, alinharam-se somente os empreendimentos de segura efectivação, deixando-se que o excesso que se verificasse nas fontes de financiamento se destinasse a cobrir encargos imprevisíveis ou a executar obras que acrescentassem as realizações do plano.

A ética que presidiu à lei da reconstituição económica era, uma vez mais, a base informadora do plano de fomento.

3 — Estas razões de ordem geral dão resposta satisfatória às críticas formuladas e dispensariam, porventura, que me ocupasse de muitos dos aspectos focados.

Não deixarei, no entanto, de fazer referência especificada a alguns problemas versados pelos deputados que até agora intervieram no debate e cujas pertinentes observações merecem, aliás, em larga medida, a minha concordância.

Começarei pelo plano de fomento agrário. Ninguém reconhece mais do que eu a utilidade deste trabalho, que sinceramente julgo estar na base da vertebração de um esforço sério para o progresso da lavoura e acréscimo da sua posição na hierarquia das forças produtivas nacionais.

Sobre ele escreveu-se merecidamente, no relatório parcelar sobre a agricultura que antecedeu o plano:

«É fora de dúvida que só o conjunto de todos estes trabalhos fornece os elementos-base, com os quais o Governo poderá elaborar um plano de fomento no campo da actividade agrícola; e os próprios serviços deles facilmente poderão extrair os seus planos de acção, mais eficientes pelo facto de ficarem submetidos a uma coordenação perfeita».

E acrescentava-se:

«A categoria deste trabalho e a sua indispensabilidade, para que de futuro se possam fundamentar com acerto os planos de acção no campo agrícola, impõem a sua rápida prossecução».

Simplesmente, os trabalhos do plano, pela sua própria natureza, eram daqueles que poderiam e deveriam ser custeados pelas verbas ordinárias do Orçamento, como o têm sido até ao presente.

Nem a dimensão do empreendimento, nem o volume dos encargos pareciam justificar a sua inclusão num programa de grandes investimentos,

ao lado do povoamento florestal, da hidráulica agrícola, da colonização interna, da siderurgia, das obras dos portos, da reconstituição da marinha mercante ou dos grandes aproveitamentos hidroeléctricos.

Não é, pois, o prosseguimento do trabalho que está em causa ou a sua utilidade e valor que se discutem. O problema é apenas o da sua inclusão ou não inclusão no plano, e parece óbvio que a posição tomada é a que melhor se harmoniza com a orientação basilar, que presidiu ao trabalho do Governo, e com os critérios directivos que se entendeu dever adoptar.

4 — Cabe agora uma alusão ao problema tão relevante da recuperação económica dos terrenos improdutos, sujeitos ao afluxo das marés e situados ao longo do litoral algarvio.

Os sapais do Algarve, que constituem domínio público marítimo, abrangem superfície superior a 10:000 hectares e estão distribuídos pelos concelhos de Castro Marim, Vila Real de Santo António, Tavira, Olhão, Faro, Loulé, Portimão e Lagos.

São terrenos incultos e improdutos, submersos pelo praia-mar das águas-vivas e facilmente recuperáveis uma vez que a altura máxima do praia-mar é de 60 cm. acima do seu nível, e estão protegidos da acção directa do mar por um cordão de ilhas ou dunas de areia.

Do reconhecimento já efectuado verifica-se que a recuperação poderá ser feita com base em trabalhos de defesa contra a invasão das águas do mar e de dessalga dos terrenos pela lavagem com águas doces, obtidas pelo armazenamento em albufeiras ou captadas no próprio local.

Estes terrenos, uma vez adaptados à exploração agro-pecuária, reúnem excepcionais condições de fertilidade, particularmente para algumas culturas, entre as quais se destacam os produtos hortícolas e as forragens.

Prevê-se que, por hectare, o custo das obras de defesa, dessalgamento e rega, não vá além de 20:000\$00, o que representa, para os 10:000 hectares de sapal algarvio, a despesa total de 200:000 contos.

Em virtude de não existirem ainda projectos referentes a esta obra, não se julga possível, durante os próximos seis anos, aproveitar mais de 3:000 hectares.

Sendo assim, das verbas incluídas no Plano de Fomento, cerca de 60:000 contos deverão destinar-se ao aproveitamento agrícola dos sapais. Deve, porém, notar-se que esta transformação de terreno improdutivo em solo destinado à cultura intensiva de regadio só se conseguirá mediante uma acção de colonização que recorra à eficiência da empresa familiar.

Considerando o casal agrícola com a superfície média de 4 hectares, chega-se à conclusão de que nos 3:000 hectares referidos se poderão instalar inicialmente 750 famílias.

A verba a prever para tal deve atingir — 30:000 contos.

O Governo apresentará à Assembleia proposta para que a verba constante da alínea c) do n.º 3 do mapa de investimentos seja desdobrada por modo a incluir 60:000 contos destinados ao enxugo dos sapais e 30:000 à respectiva colonização.

5 — O problema das adegas cooperativas, de que se ocupou com brilho o deputado Melo Machado, exige também que lhe dispensemos alguns minutos de atenção.

Esta obra, que se iniciou em 1935 com a instalação da adega de Muge, encontra-se em pleno desenvolvimento e está prestando os maiores serviços à vinicultura nacional. Até hoje, investiram-se nestes empreendimentos, que se distribuem por uma vasta zona do país, cerca de 30 mil contos, dos quais 20 mil em construções e 10 mil em equipamento.

Nos últimos cinco anos, o número de sócios decuplicou; a rede de adegas sofreu considerável alargamento e os volumes laborados subiram de 10:000 para 120:000 hectolitros.

Esta primeira fase, que se considera de experiência, encontra-se terminada e constitui a base sobre que vão erguer-se mais vastas realizações.

Encontra-se em via de conclusão na Junta Nacional do Vinho um plano geral de adegas cooperativas, destinado a completar a respectiva rede e a organizar os moldes técnicos, económicos e financeiros a que deverá obedecer o seu funcionamento.

O plano abrange a criação de 116 novas adegas nas diferentes zonas vinícolas, e a sua realização efectuar-se-á não apenas através das contribuições particulares e do Fundo corporativo da vinicultura, mas de outros recursos que se espera poder afectar a obra de tanto interesse para a economia vitícola em geral e para os pequenos viticultores em particular.

Porque as adegas poderão ter influência decisiva não só na regularização do mercado interno, mas ainda na constituição de reservas e na definição e manutenção de tipos de vinho, com vista à colocação nos mercados externos, julga-se possível dotá-las de mais largos meios materiais, através de subsídios do Fundo de Fomento de Exportação.

Tudo isto se realizará independentemente do plano de fomento e da sua inclusão entre os empreendimentos nele previstos, tão evidente é a necessidade a que corresponde e tão úteis os objectivos que através desta obra se procura realizar.

Mas, como prever a rede de adegas da Junta Nacional do Vinho e não proceder igualmente com relação aos frigoríficos da Junta Nacional dos Produtos Pecuários ou da Comissão Reguladora do Comércio do Bacalhau, aos armazéns da Junta Nacional do Azeite, e aos silos da Federação dos Produtores de Trigo, para só destes falar?

A simples interrogação torna inútil a resposta e justifica a omissão no plano.

6 — Somos chegados ao ponto mais importante e em que é forçosa uma análise mais demorada — o da produção de energia eléctrica. Não falo do transporte e distribuição, porque nessa parte a Câmara Corporativa não fez observações que careçam de esclarecimento.

Na primitiva planificação, elaborada pelo Ministério da Economia, propunha-se o seguinte esquema de empreendimentos hidroeléctricos para o período compreendido entre 1953 e 1958:

	Investimento (contos)	Produção anual (milhões de kWh)
Salamonde .....	165:000	100
Cabril .....	450:000	270
Caniçada .....	225:000	150
Távora .....	200:000	120
Côa .....	270:000	160
Douro nacional (1.º escalão) .....	430:000	410
Diversos .....	120:000	—

Além disso — e dada a saturação do actual sistema térmico de apoio estival e reserva — previa-se, também, a construção de uma central, junto da bacia carbonífera do Douro, que queimasse, à boca da mina, os carvões pobres da produção nacional, insusceptíveis de utilização mais nobre.

O total dos investimentos na produção era de 2.060:000 contos e o potencial hídrico que se esperava obter atingia cerca de 1:200 milhões de kwh — volume que se considerava suficiente para extinguir em 1958 o déficit de energia e criar um excedente de 130 milhões, destinado a ocorrer a ultteriores exigências do consumo.

Supunha-se que o saldo positivo de electricidade fosse ainda maior, visto que as estimativas do Governo foram feitas aplicando taxa superior à média mundial, e ao próprio ritmo da expansão das necessidades nacionais. Como revelam as estatísticas, aquela taxa é de 7,2 % e o crescimento do consumo no nosso país foi nos dois últimos decénios ligeiramente inferior, embora últimamente com tendência para subir.

Para se avaliar da diferença entre os diversos critérios de cálculo seguidos, dir-se-á que, ao coeficiente internacional, o consumo de energia permanente será em 1958 de 1:750 milhões de kWh; segundo o cômputo do Governo, atingirá 1:960 milhões, e que pelas previsões da Câmara Corporativa se situará em nível superior a 2:000 milhões.

Os números são os seguintes:

Anos	Energia					
	A taxa média mundial		Segundo o plano de Fomento		Segundo a Câmara Corporativa	
	Permanente	Temporaria	Permanente	Temporaria	Permanente	Temporária
1953	1.240	220	1.320	250	1.130	250
1954	1.330	240	1.440	250	1.270	280
1955	1.420	260	1.560	250	1.420	320
1956	1.520	280	1.690	250	1.600	320
1957	1.630	300	1.820	250	1.800	320
1958	1.750	320	1.960	250	2.030	320

As disparidades notadas resultam, no primeiro caso, de se ter utilizado a já indicada taxa universal 7,2 % sobre todo o consumo do País, no segundo a taxa decrescente de 9 a 7,2 % e no último a de 12,5 %, tomando como base só as necessidades a satisfazer através das centrais integradas no Repartidor Nacional de Cargas, exceptada a Térmica de Massarelos.

Não vale, porém, a pena perder tempo a demonstrar o indemonstrável — que é a exactidão de previsões em matéria que depende de múltiplos factores e é de natureza imprevisível.

Talvez, como na peça de Pirandelo, a cada tese corresponda a sua verdade.

Corrido o pano sobre esta querela de cifras — que tem a desconcertante fluidez da dança das Horas — exponhamos agora a fase que se seguiu, na génese do plano, em matéria de electricidade.

Quando os trabalhos se encontravam quase concluídos, chegou ao conhecimento dos serviços do Ministério das Obras Públicas que os estudos feitos por técnicos americanos, na bacia do Douro, ao abrigo do auxílio Marshall, pareciam conduzir a soluções que obrigariam porventura à revisão de grande parte do esquema formulado.

Ponderado o assunto — com o cuidado e a prudência que exigia — entendeu-se que convinha substituir no plano os aproveitamentos do Tá-



vora, Côa e Douro Nacional por esta rubrica genérica e de conteúdo impreciso — «Bacia Hidrográfica do Douro — 1.<sup>a</sup> Fase».

Aguardar-se-ia, como no relatório se acentuava, a conclusão dos trabalhos em curso e determinar-se-ia depois, com tempo, estudo e ponderação, o que devia realizar-se.

No que respeita ao volume da produção entendeu-se que, para maior segurança, se devia contar apenas com a garantida pelo conjunto Carrapatelo-Távora-Côa, no total de 690 milhões de kWh; quanto ao investimento, houve que reduzi-lo, para equilíbrio financeiro do plano, de 900:000 para 750:000 contos, que aliás correspondiam ao custo já conhecido dos aproveitamentos do Picote e da Bemposta, no Douro internacional; quanto à eventual ampliação da rede de transporte, foi resolvido não a prever, pois cabia averiguadamente nas possibilidades de auto-financiamento da empresa transportadora.

O plano não abrangia, pois, os empreendimentos do Távora e do Côa, como no parecer da Câmara Corporativa se supõe e aplaude.

Não incluía tão-pouco o Douro Nacional, como igualmente se presume naquele documento — talvez para tornar possível a catedrática volúpia de corrigir.

No plano tomava-se apenas uma posição — a de se entender que chegara a oportunidade de iniciar o aproveitamento da bacia do Douro, que constitui a nossa grande fonte produtora de hidroelectricidade e cuja energia, tanto pelo seu montante como pelo seu baixo custo de produção, se torna de futuro indispensável para satisfazer as necessidades crescentes da procura e permitir as utilizações industriais em larga escala que o progresso do País demanda.

Quanto aos aproveitamentos a realizar, em concreto, o plano era omissivo; a matéria seria ulteriormente definida, depois de estudo conveniente, em especial do confiado aos técnicos americanos.

7 — Tornava-se indispensável prestar estes esclarecimentos para evitar equívocos e confusões num terreno em que importa marchar a plena luz e com a indispensável segurança.

A prudência do Governo veio a ser galardoada pelos factos, os quais deram plena razão às reservas adoptadas.

Com efeito, recentemente — e já depois da elaboração definitiva do plano e da sua remessa à Câmara Corporativa — foi apresentado ao Governo um *memorandum* americano em que se comunicam os resultados do estudo, a confirmar em data próxima pela apresentação do «Master Plan» a que os técnicos se obrigaram por cláusula do contrato.

Esses resultados — embora ainda não definitivos e merecedores porventura de justificadas reservas — são na verdade impressionantes:

1.º — Aplauda-se no *memorandum* a ordem de prioridade dos aproveitamentos hidroeléctricos até agora realizados pelo Governo, designadamente os do Zêzere;

2.º — Analisa-se o problema da navegabilidade do Douro, pondo-se em relevo o diminuto volume de tráfego, a existência de outros meios de transporte e ainda o elevado custo dos trabalhos que a navegação do rio impõe, sobretudo na parte terminal do respectivo curso;

3.º — Estabelece-se um esquema de prioridades em que se dá preferência ao troço internacional do rio e se aconselha a seguinte ordem de realizações:

1.º Picote	}	Douro internacional
2.º Bemposta		
3.º Miranda		
4.º Carrapatelo	}	Douro nacional
5.º Valeira		
6.º Régua		
7.º Pocinho		

Os afluentes do Douro vêm em seguida, nomeadamente o Távora e o Côa, cujas obras se consideram dispendiosas e, por enquanto, desnecessárias, para tornar permanente a energia dos aproveitamentos a fio de água no rio principal, relegando-se assim a sua execução para data posterior a 1958.

Estes são os factos, que não carecem de adjectivos, e a que importa dar o devido lugar na consciência de quem há-de decidir.

#### 8 — Como actuar agora?

Não há dúvida de que a primeira atitude é a de aguardar o estudo definitivo dos técnicos de além-Atlântico, submetê-lo ao exame dos serviços nacionais e tomar uma decisão sobre base segura e tendo em conta todos os elementos que importa considerar.

Um aspecto, porém, parece suficientemente esclarecido: o desenvolvimento do consumo, o sistema actual de interligação e transporte, as realizações industriais que se antevêm, a necessidade, cada vez mais intensa, de fomentar o uso da electricidade para fins domésticos, industriais e agrícolas, criaram a oportunidade do aproveitamento do Douro,

elemento fundamental sobre que tem de assentar de futuro o sistema nacional de produção hidroeléctrica.

Esse aproveitamento não pode, por isso, deixar de ser explicitamente considerado no plano, embora sem se determinar ainda a sua localização, nem o troço do rio em que se realizará.

Douro nacional? Douro internacional? Porventura este último — tudo indica que assim será — mas é conveniente não anteciparmos posições para não correremos o risco a que se sujeitam todos os que se aventuram no terreno perigoso das profecias.

9 — Mas o Douro — aquele «gigante» de que fala o parecer da Câmara Corporativa — tem, como todos os Titãs, as suas grandezas e as suas misérias. A um potencial produtivo de 3 biliões de kWh — cuja utilização seria até há pouco quase impensável em terra portuguesa — junta-se a fraqueza do carácter temporário de cerca de 40 % da energia produzida.

O pleno aproveitamento destas potencialidades energéticas postula, pois, como necessidade inelutável, o alargamento do actual sistema de albufeiras destinado à produção de energia permanente.

O aproveitamento do Douro de uma maneira eficiente, escrevia há dias o Eng.º Zuzarte de Mendonça, no *Boletim da Ordem dos Engenheiros*, «impõe a conclusão dos sistemas regularizadores do Zêzere e do Cávado».

Assim o entende também o Governo, de acordo com os serviços técnicos do Ministério da Economia e com o próprio relator do parecer da Câmara Corporativa.

Não quero falar em nome do Senhor Ministro das Obras Públicas, que se encontra presente e decerto desejará definir a sua posição. Expressar-lhe-ei apenas a minha admiração pelo seu conhecimento do problema e pela nobre intensidade com que o tem vivido e acompanhado.

Ia dizendo, meus Senhores, que o aproveitamento do Douro demanda obras complementares conjugadas com aquele, de forma a permitir a melhor utilização das suas virtualidades produtivas.

Assente esta premissa, importa dar-lhe realização prática, indicando os novos aproveitamentos a executar para consecução eficaz do objectivo indicado.

A Câmara Corporativa, no esquema que propõe, inclui o da Bouçã, no Zêzere, e o de Paradela, no Cávado.

Estes empreendimentos têm, na verdade, a vantagem de concluir os sistemas dos dois rios em que se iniciou a grande produção nacional de hidroelectricidade; permitem o útil aproveitamento do equipamento técnico

e do pessoal especializado das respectivas empresas; contribuem para a melhoria do rendimento das outras centrais do mesmo sistema; são de fácil e módica ligação à rede de transporte; assentam em estudos que sofreram largo adiantamento depois da elaboração do plano; e são, por fim, de fácil e rápida execução, sendo de admitir a sua entrada em serviço a tempo de cobrir oportunamente a curva do consumo e evitar inconvenientes insuficiências no abastecimento de electricidade.

O Governo vai apresentar à Assembleia uma proposta de concretização e de aditamento ao esquema do plano, compreendendo nele uma Central no Douro e os aproveitamentos da Bouçã e Paradela. Dentro de pouco lerei o respectivo texto.

Acentuarei, no entanto, desde já, que este esquema é superior ao inscrito no plano e excede em 230:000 contos os investimentos inicialmente previstos.

10 — Direi, ainda, algumas palavras sobre tarifas, problema acerca do qual já se afirmou andar desorientada a opinião.

Há, na verdade, quem pareça empenhado em gerar nesta matéria a confusão e a incerteza.

Para alguns sectores este problema constitui zona reservada aos técnicos e ciência transcendente com os seus dogmas e os seus mistérios. Reconheço a complexidade do problema, mas recuso-me a colocá-lo no plano do inacessível.

A electricidade é — em certo sentido — uma mercadoria como qualquer outra e as tarifas constituem um sistema de preços análogos, no aspecto económico, aos demais preços.

Há, sem dúvida, toda uma extensa gama de utilizações eléctricas que demandam o seu regime próprio e as suas condições privativas de aproveitamento. Há consumos que devem ser penalizados, e outros que cumpre fomentar por motivos de ordem económica e social ou para melhoria da utilização da rede.

Existe a electroquímica com as suas características particularíssimas e as suas condições inconfundíveis de fornecimento e de preço. A electrossiderurgia, a tracção, a rega e tantas outras aplicações necessitam, também, de tarifas adequadas e de especial regulamentação. Os regimes tarifários têm assim de ser graduados segundo o uso da energia, o volume dos consumos, o momento da utilização, o factor de potência e as particularidades técnicas e económicas das actividades a que se aplicam.

Mas, para além destas circunstâncias — domínio vastíssimo onde as exemplificações poderiam multiplicar-se quase ao infinito — o problema

fica esgotado se se acrescentar que o princípio geral orientador dos sistemas de tarifas é o de que o volume global das vendas de cada empresa produtora, transportadora ou distribuidora, deve atingir, através da multiplicidade dos preços diferenciais, um montante que cubra as despesas de exploração, retribua com justiça os capitais investidos e permita as necessárias amortizações de forma a garantir a perfeita rentabilidade dos respectivos empreendimentos.

Porque o Ministério da Economia se não deixou arrastar pela desorientação geral foi possível até hoje, através das tarifas fixadas, beneficiar uma massa de cerca dum milhão de consumidores, assegurar à electroquímica um nível razoável de laboração e salvaguardar o equilíbrio das empresas, que, segundo o parecer da Câmara Corporativa, poderão contribuir para os investimentos do Plano com mais 230:000 contos do que o previsto nas estimativas do Governo.

11 — E ficaremos por aqui, depois de prestados alguns breves esclarecimentos sobre a montagem experimental de uma unidade siderúrgica e sobre a forma de realizar o complemento da actual indústria electroquímica.

No plano de fomento entendeu-se que a instalação da siderurgia devia iniciar-se por um ensaio, em escala industrial, que permitisse estudar o comportamento dos nossos minérios, a qualidade dos produtos e a economia do processo, a fim de que a execução definitiva, dentro do período do plano, pudesse ser levada a cabo com a indispensável segurança.

A Câmara Corporativa, pelo contrário, pronunciou-se no sentido de que o problema já foi objecto de estudo suficiente e de que importa agora passar com decisão à fase das realizações.

Embora não completamente convencido, nada objectarei ao que propõe aquela Câmara, tanto mais que a urgência da execução em nada exclui a prudência e a segurança. A solução a adoptar fica, assim, ao critério da Assembleia, que decidirá como lhe parecer mais conveniente, depois de ponderados todos os aspectos deste complexo problema.

Quanto ao complemento da produção de sulfato de amónio, parece de aplaudir o que sobre o assunto disse o deputado Artur Duarte e o que poderá acrescentar, se usar da palavra, o deputado Botelho Moniz, cuja opinião, neste particular, coincide em grande parte com o meu próprio pensamento.

Este problema tem causado algumas preocupações e amarguras ao Ministério da Economia e não está ainda esclarecido por forma a permitir atitudes inteiramente nítidas.

De seguro e incontroverso há apenas estes factos: temos de produzir, por preocupação de segurança e economia de divisas, o necessário para garantir o abastecimento do País; o processo de fabrico a adoptar é o do hidrogénio químico; não possuiremos tão cedo os 600 milhões de kwh que seriam necessários ao emprego exclusivo do método electrolítico; parece, por último, exigência do bom-senso não pensarmos em novas instalações autónomas enquanto não equilibrarmos econòmicamente as unidades existentes.

12 — E chegámos ao termo desta longa caminhada. Concluirei por uma declaração e um voto: — a declaração do apreço que cumpre testemunhar ao trabalho, sério e construtivo, da Câmara Corporativa e da Assembleia Nacional; finalmente, o voto de que estas extensas considerações, se foram fastidiosas, não tenham sido, ao menos, completamente inúteis.